

# CURSO: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

13 e 20 de setembro de 2014

## **A escola pública como direito de todos: autonomia, compromisso e criticidade**

\* Olgair Gomes Garcia

A referência à escola pública como escola desqualificada parece ter se tornado lugar comum nos dias atuais e o mais lamentável é que, ligado a esta conotação tem se associado uma outra, qual seja, a de que é escola para pobres e miseráveis, para crianças e jovens "sem futuro".

Frente a isso, no meio educacional tem se formado um movimento em defesa da melhoria da escola pública e que se apresenta sob diferentes contornos e formas de compreensão do problema e de encaminhamento das ações.

Uma das formas mais comuns de proposta de soluções tem se apresentado como uma verdadeira empreitada para detectar os culpados e puni-los: os educadores, sejam eles professores, diretores, coordenadores ou supervisores. Com certeza, uma abordagem numa perspectiva autoritária, centralizadora, desrespeitosa e, sobretudo, porque não dizer, irresponsável e desconhecadora do espaço escolar nos seus contornos e configuração: a deterioração da escola pública é um retrato bem acabado do resultado da dissociação entre a escola tal qual dizem que deve ser e a que de fato existe e acontece como construção possível de seus atores.

Como, felizmente, são muitos os que optaram verdadeiramente por um trabalho sério e de qualidade nas escolas públicas, que apostam na ousadia e na própria criatividade para se organizar coletivamente e compartilhar o sonho da construção de uma escola que lê e compreende o seu papel na sociedade em relação à formação educacional das crianças e jovens, é possível desvelar nestas experiências um modo de gestão realmente interessante e propiciador de um movimento de luta e sonhos na contramão do discurso "oficial". Um modelo de gestão que aposta na autonomia da escola como sus-

tentáculo para seu crescimento e fortalecimento.

No caso da escola pública, especialmente, a gestão, entendida como forma de administrar a educação em suas diferentes instâncias, precisa necessariamente se empenhar em dar formatação e dinamismo à uma articulação coerente e confiável entre os sistemas educacionais, a escola e a ação docente. Ou seja, três campos distintos, mas, intimamente imbricados e interdependentes.

Por certo uma articulação complexa e difícil pelo que guarda de imprevisibilidade e demandas. Uma articulação entre grupos humanos que lida com polaridades que precisam ser equacionadas e minimamente harmonizadas: o poder, a autoridade, a autonomia e a formação permanente. Provavelmente, aqui neste domínio, se possa situar uma questão fundamental, que dá suporte ao entendimento possível para se reencontrar o rumo da educação, o novo papel da escola nos dias atuais, no modelo de sociedade em que estamos inseridos: as relações interpessoais entre diferentes e a liderança como uma forma de ação que reconhece os conflitos e as contradições, que procura explicitá-los para serem desvelados, discutidos e facilitadores na tomada de decisões consensuais sobre procedimentos e encaminhamentos, sobre ações que despertem para a necessidade de compromisso em relação às opções feitas.

Mas, a gestão não acontece num vazio. É preciso que se busquem os campos onde o exercício da gestão precisa de fato acontecer, onde os olhos e os ouvidos precisam estar conectados, onde os entraves e obstáculos podem estar escondidos ou disfarçados, como também onde podem estar situados as brechas e os potenciais para a criação do novo, da chave do motor desencadeador das mudanças necessárias. A título de exemplo, pode-se mapear o exercício da gestão em torno dos seguintes focos:

## AMBIENTE

### PESSOAS

### CURRÍCULO

### PROCESSO DE ENSINO E APREND.

### RECURSOS

### LEGISLAÇÃO E NORMAS

## GESTÃO

### RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

### INTERAÇÃO COM ÓRGÃOS ADM. DA EDUCAÇÃO

Um ambiente gestor, tal como o que está sendo proposto, pressupõe a definição de princípios que funcionem como referências para as ações coletivas e individuais bem como para o controle das variáveis que estão interferindo no processo e para as decisões sobre medidas e adequações que precisam ser efetuadas no decorrer do processo para que os resultados não sejam prejudicados pelas interferências indesejáveis e não previstas.

Estes princípios podem ser assim explicitados:

- a **problematização constante**
- a **comunicação e o diálogo**
- o **respeito e a confiança no outro**
- o **rigor e a seriedade**
- a **formação permanente**

De tudo o que foi exposto, pode-se dizer que a ideia base defendida é a de que a escola pública precisa se assumir e se constituir como uma construção coletiva e que isto só é possível com uma relativa autonomia, com a

instituição de uma força vigorosa/pungente/apaixoadas que venha de dentro das escolas. Talvez seja esta a condição básica para que todos se sintam envolvidos e comprometidos com a escola como um direito de todos e que, por isso mesmo, não pode iludir ou enganar as crianças e os jovens como uma educação medíocre e descompromissada. Não é à toa que somos educadores, que assumimos dedicar nossas vidas à educação das crianças. Esta é a nossa luta e deve ser sempre o nosso projeto.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

**BOTERF**, Guy Lê. Desenvolvendo a competência dos profissionais, Artmed, 2003

**CANÁRIO**, Rui. A escola tem futuro?, Artmed, 2003

**FREIRE**, Paulo. Pedagogia da autonomia, Paz e Terra, 1997

**SACRISTAN**, Gimeno. Educar e conviver na cultura global, Artmed, 2002

*Olgair Gomes Garcia - Dra. em Educação pela PUC de São Paulo, professora no curso de pós-graduação em Docência no Ensino Superior na Unimesp. Atuou como coordenadora pedagógica da Emef Mauro Faccio Gonçalves - Zacarias, São Paulo*



# SINPEEM

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM  
EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP